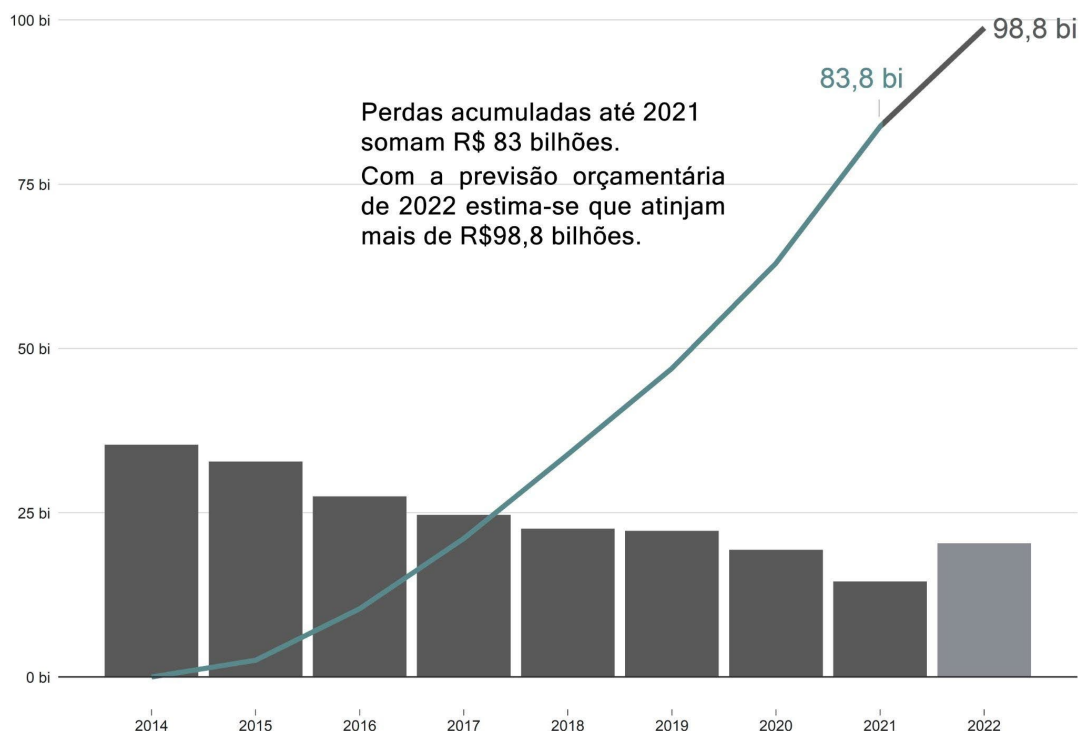


**Perdas acumuladas do
Orçamento do Conhecimento podem
alcançar, em 2022, valores próximos de**

R\$ 100 bilhões

Perdas Acumuladas

No Orçamento do Conhecimento



Fonte: SIOP - elaboração própria

BALANÇO ANUAL DO ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO - 2021

Julia Bustamante Silva¹

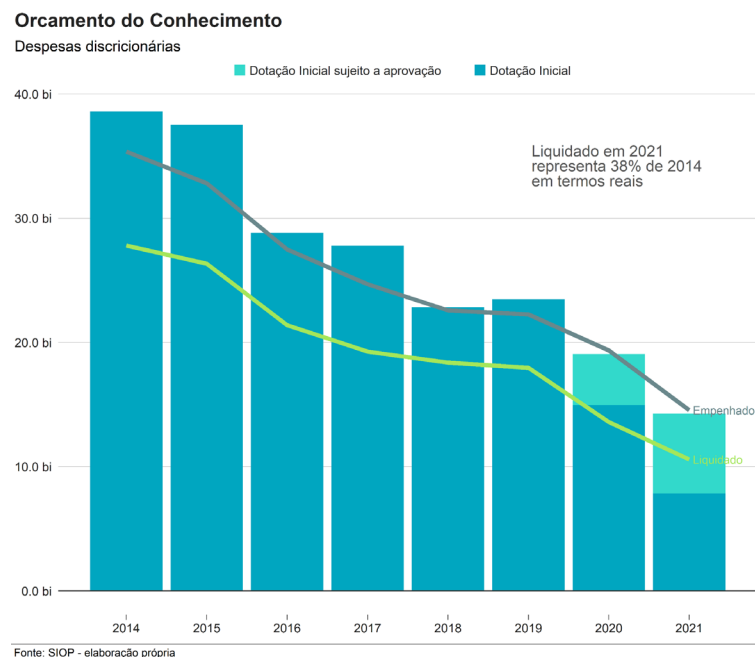
Gabriel Zelesco²

O Orçamento do Conhecimento (ObC), desenvolvido pelo Observatório do Conhecimento³, originou-se da necessidade de identificação do montante de recursos públicos destinado à produção de conhecimento no Brasil, a partir do levantamento de um conjunto de ações e despesas do orçamento público relacionados à área.

Inspirado em orçamentos temáticos, como o Orçamento Criança e Adolescente (OCA), o Orçamento do Idoso e o Orçamento Socioambiental, dentre outros, que permitem análises mais refinadas do gasto público, são propostos critérios para a apuração dos dados orçamentários do conhecimento no Brasil, de modo a fornecer informações estruturadas para avaliação das políticas da área. Registra-se que para a avaliação da efetividade das políticas públicas são necessárias análises complementares aos dados orçamentários.

A seguir são descritos os principais resultados atualizados para o ano de 2021, após é detalhada a metodologia empregada no Orçamento do Conhecimento. Todos os valores foram deflacionados pelo IPCA, com mês de referência de março de 2022. São utilizados para fins de comparação a dotação inicial prevista na Lei Orçamentária, os valores empenhados e os valores liquidados.

OS DESTAQUES DO ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO DE 2021



O Orçamento apresenta uma trajetória decrescente nos últimos sete anos. A intencionalidade desta trajetória é descrita pelas despesas discricionárias. Estas correspondem

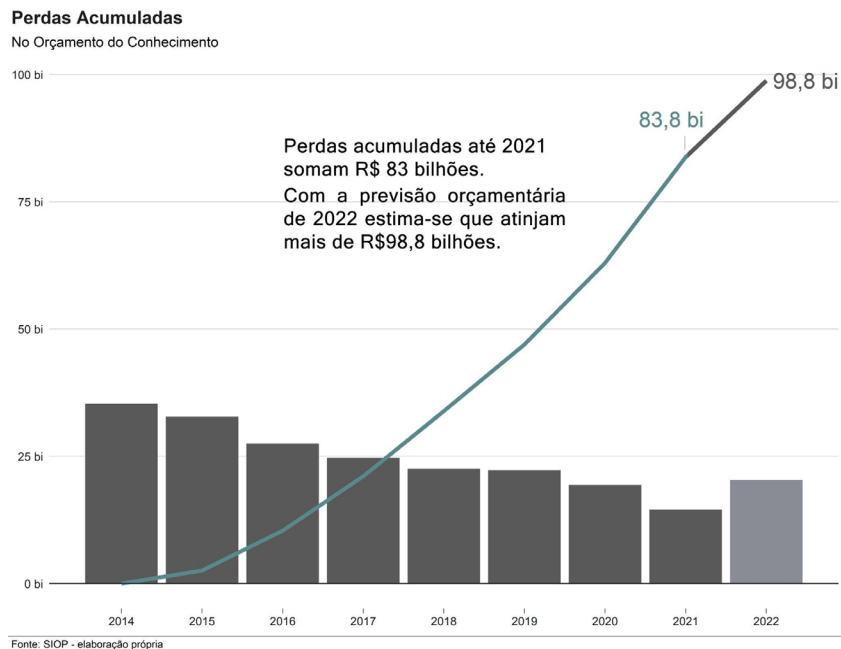
¹ Economista responsável. Doutorado em Economia pelo Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graduada pelo mesmo instituto.

² Economista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Conheça mais em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/sobre/>.

àquelas despesas em que o governo tem uma maior decisão alocativa, podendo optar qual despesa deseja priorizar, ao contrário das despesas obrigatórias.

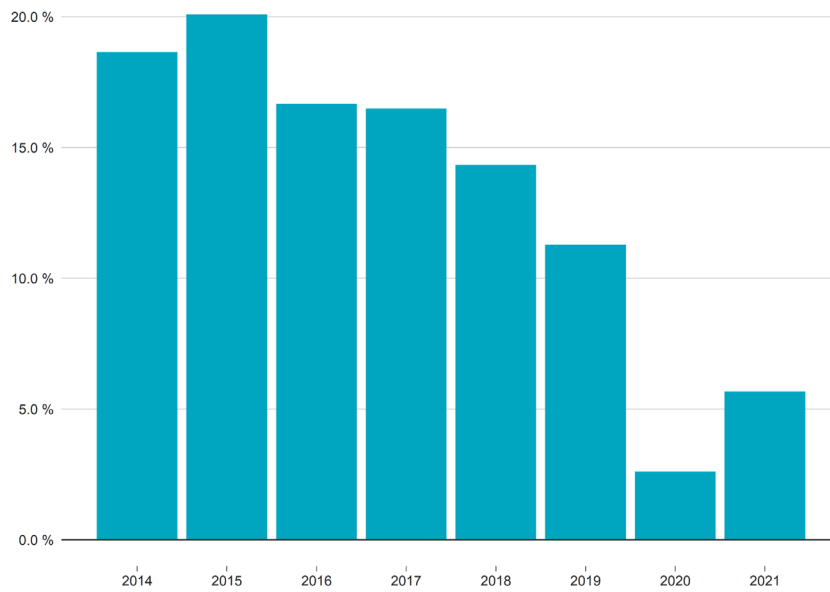
Passando de 27,81 bilhões de reais em 2014 em termos reais, o Orçamento do Conhecimento representou apenas 10,57 bilhões em 2021, o que corresponde a 38%. O percentual da dotação inicial constante na Lei Orçamentária aprovada em relação ao que foi liquidado também apresentou leve redução, representando que o Executivo Federal não somente executa sempre menos do que aprovado no Legislativo, como vem executando cada vez menos.



Esta redução do gasto fica expressa no fato de que o Orçamento do Conhecimento acumula perdas de 83,8 bilhões de reais entre 2014 e 2021. A partir da dotação inicial, estima-se que em 2022 este valor ultrapasse os 99 bilhões.

Isto é, para que o valor empenhado em 2014 no Orçamento do Conhecimento tivesse se mantido constante em termos reais, quase 84 bilhões deveriam ter sido gastos a mais nestas áreas, relativas ao Ensino Superior, Pesquisa e Inovação. Para se ter uma noção, todos os gastos da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2021 somaram cerca de 3,3 bilhões de reais. Este valor teria sido capaz de manter 665 mil 230 estudantes bolsistas de mestrado recebendo bolsas em todos os 12 meses durante esses 7 anos.

Peso do Orçamento do Conhecimento nas Despesas Discricionárias por valor liquidado



Outro indicativo da perda relativa de importância do Orçamento do Conhecimento diz respeito ao seu peso no Orçamento geral. Considera-se que o ano de 2020 foi bastante atípico, o que pode justificar que o OC tenha representado 2,6% do total, entretanto, a tendência de queda do peso relativo do OC se evidencia em 2021, quando este atingiu 5,66%.

As ações relativas ao Orçamento do Conhecimento se concentram em dois órgãos superiores, o Ministério da Educação e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações. As despesas discricionárias do MCTI em 2021 representam 34,4% do valor liquidado em 2014, 2,39 bilhões de reais. Em um momento que tanto demanda de pesquisas na área da Saúde, como no desenvolvimento de vacinas e da construção de alternativas energéticas, o Brasil caminha na contramão diminuindo gastos em Ciência, Tecnologia e Inovação.

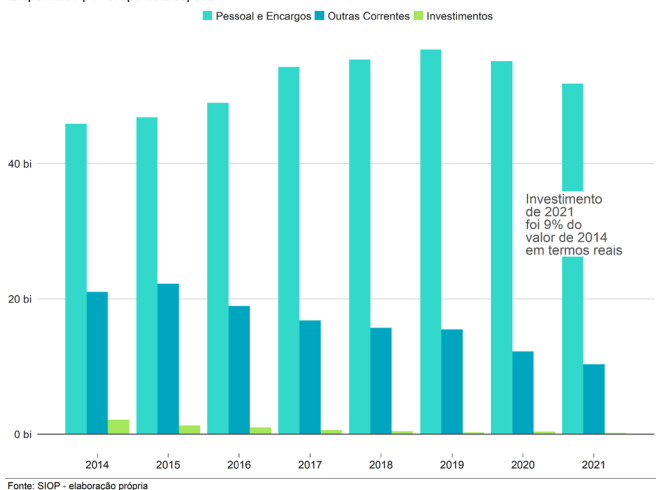
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Despesas discricionárias



Orçamento Primário do MEC

Empenhado por Grupo de Despesa

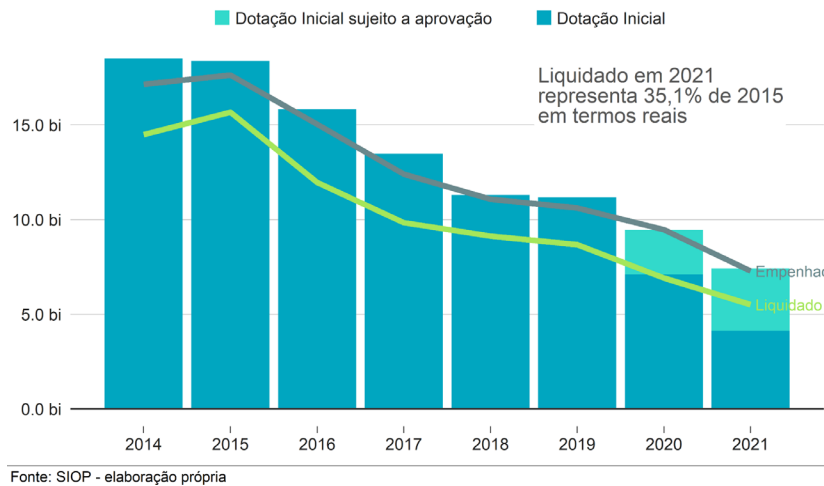


O Ministério da Educação também sofre com cortes em seu orçamento. Enquanto os gastos correntes – voltados principalmente para a manutenção da Educação – diminuíram a menos de um

quinto de seu valor de 2014, o Investimento do MEC como um todo em 2021 representou apenas 9,1% do que foi realizado em 2014, isto é, apenas 191 milhões e 475 mil reais.

Orçamento do Conhecimento

Despesas discricionárias - Subfunção Ensino Superior

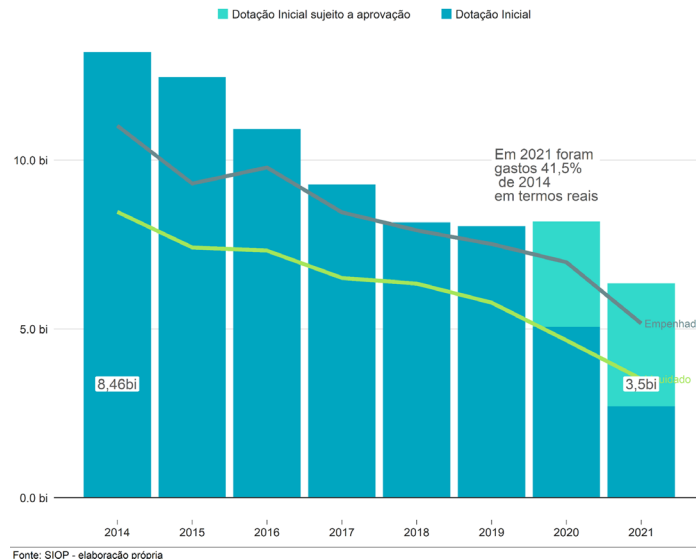


Os recursos destinados à educação superior configuram um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de qualquer país. Por meio do gráfico acima, podemos verificar como o gasto discricionário com esta função passou de 14,49 bilhões de reais em 2014, atingiu um pico de 15,67 bilhões em 2015, tendo decrescido desde então, chegando a 5,5 bi em 2021, o menor valor da série histórica.

Este decrescimento do Orçamento se expressa em distintas Unidades Orçamentárias. Os gastos com as Universidades e os Institutos Federais passou de cerca de 8,46 bilhões de reais em 2014 para 3,5 bilhões de reais em 2021, cerca de 41,5% do valor inicial da série. Além disso, cabe ressaltar que apenas 55,44% do que foi orçado na Lei Orçamentária de 2021 para as Universidades foi de fato executado.

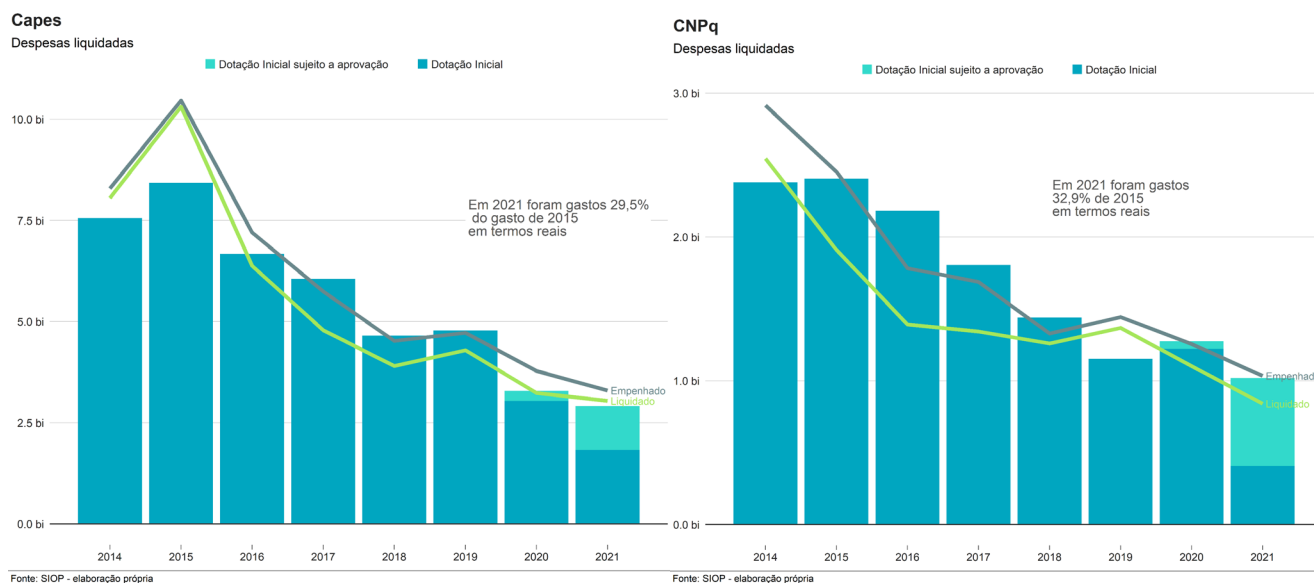
Universidades e Institutos Federais

Despesas liquidadas



Algo similar é verificado nas agências de fomento, cuja importância se expressa, por exemplo, no pagamento de bolsas acadêmicas das mais diversas modalidades. O CNPq passou

de um orçamento liquidado de 2,5 bilhões de reais em 2014 para 839 milhões em 2021, enquanto a Capes passou de 10,3 bilhões em 2015 para 3 bilhões em 2021, apenas 29,4%.



A seguir descrevemos os principais pontos da Metodologia do Orçamento do Conhecimento.

METODOLOGIA DO ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO

A partir do Orçamento Geral da União⁴, são filtrados os órgãos superiores referentes ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (24000), Ministério da Educação (26000) e as Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa (93000), particularmente importantes nos anos de 2000 e 2021. Foram considerados na análise dados referentes aos anos entre 2014 e 2021.

Dentro destes órgãos, são consideradas apenas as unidades orçamentárias de interesse pela metodologia proposta, de modo a compor o Orçamento do Conhecimento. Em relação ao órgão orçamentário 26000 - Ministério da Educação, excluem-se os gastos com as unidades orçamentárias: (i) Administração central; (ii) Colégios e escolas; (iii) Hospitais e maternidades; (iv) Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; e o (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Sob o órgão superior 93000, excluem-se todos os registros que não estão sob responsabilidade do MEC (26000) ou MCTI (24000). Além disso, todas as exceções acima listadas também devem ser removidas. Por fim, excluem-se os registros referentes às unidades 24206 e 24207 no ano de 2019, que foram transferidas para o Ministério de Minas e Energia, apesar de, no PLOA, constarem ainda sob a responsabilidade do MCTI.

⁴ Obtido no sítio do SIOP: <https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html>.